

Folha Informativa SRAA

2025-11-11

LEGISLAÇÃO DIÁRIA



Diploma	Data	Emissor	Sumário
<u>Regulamento de Execução (UE) 2025/2247</u>	2025.11.11	Comissão Europeia	Relativo a medidas destinadas a impedir o estabelecimento e a propagação no território da União de <i>Candidatus Liberibacter africanus</i> , <i>Candidatus Liberibacter americanus</i> e <i>Candidatus Liberibacter asiaticus</i> .
<u>Regulamento de Execução (UE) 2025/2249</u>	2025.11.11	Comissão Europeia	Altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/2470 no que se refere às condições de utilização do novo alimento óleo de <i>Schizochytrium</i> sp. (ATCC PTA-9695).
<u>Regulamento de Execução (UE) 2025/2294</u>	2025.11.11	Comissão Europeia	Adota uma derrogação temporária dos requisitos relativos à introdução no território da União de frutos de <i>Mangifera</i> L. originários do Mali e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2019/2072.

OUTROS ASSUNTOS



Região Autónoma dos Açores

Notícias



Governo dos Açores reforça gestão sustentável da água com protocolo entre Fundo Ambiental e IROA

O Governo Regional dos Açores, através da Secretaria Regional da Agricultura e Alimentação, celebrou um protocolo de colaboração técnica e financeira entre o Fundo Ambiental e a IROA, S.A., destinado a apoiar projetos estratégicos no âmbito da recolha, armazenamento e abastecimento de água nos Açores.

O acordo, no valor de um milhão de euros, tem como objetivo garantir maior resiliência hídrica no arquipélago, promovendo soluções inovadoras para enfrentar os desafios impostos pelas alterações climáticas e pela gestão sustentável dos recursos naturais. Este financiamento permitirá a execução de infraestruturas e sistemas que assegurem a disponibilidade de água para o setor agrícola, contribuindo para a competitividade e sustentabilidade da produção regional.

O Secretário Regional da Agricultura e Alimentação, António Ventura, assinala que “este protocolo é um investimento estratégico na segurança hídrica dos Açores”.

“A água é um recurso essencial para a agricultura e para a vida, e este apoio permitirá reforçar a capacidade de resposta às necessidades dos nossos agricultores. Estamos a trabalhar para garantir que os Açores prosseguem na linha da frente da sustentabilidade. Este protocolo demonstra que é possível conciliar desenvolvimento económico com proteção ambiental, assegurando um futuro mais resiliente para todos”, sustenta o governante.

O Fundo Ambiental, representado pela Vogal do Conselho Diretivo da Agência para o Clima, Maria do Rosário Gama Martins dos Santos de Sousa Sequeira, e a IROA, S.A., representada pelo Presidente do Conselho de Administração, Pedro Jácome de Carvalho e Cunha Hintze Ribeiro, e pelo Vogal Marco José Freitas da Costa, formalizaram este compromisso que vigorará até 2027, com relatórios periódicos de execução e resultados.

Folha Informativa SRAA

2025-11-11

Notícias

Com esta iniciativa, o Governo Regional reafirma o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável da agricultura açoriana, garantindo que produtores e consumidores beneficiam de um setor mais robusto e preparado para os desafios do futuro.

Este protocolo visa promover a modernização das explorações agrícolas, investimento em tecnologia agrícola, formação técnica para produtores e ações de promoção da sustentabilidade ambiental, assegurando que os agricultores açorianos dispõem de recursos para enfrentar os desafios da competitividade e as exigências ambientais.

“Estamos a investir não apenas em apoio financeiro, mas também em conhecimento e tecnologia, porque acreditamos que o futuro da agricultura nos Açores depende da capacidade de adaptação e da valorização dos nossos recursos. Este protocolo representa um passo decisivo para garantir que os nossos agricultores dispõem das ferramentas necessárias para inovar e crescer, mantendo a qualidade que caracteriza os produtos açorianos”, conclui António Ventura.

Fonte - [Governo dos Açores reforça gestão sustentável da água com protocolo entre Fundo Ambiental e IROA - Comunicação - Portal](#)



República Portuguesa

Eventos



4.ª Feira Tecnológica Florestal – 28 de novembro

A Robótica ao serviço da Floresta em discussão em Abrantes

A EPDRA – Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes, em Mouriscas (Abrantes), acolhe a 4ª Feira Tecnológica Florestal no próximo dia 28 de novembro. Subordinada ao tema “A Robótica ao serviço da Floresta”, este certame pretende divulgar, inspirar e aproximar a sociedade em geral do setor florestal, através de apresentações, exposição e demonstrações tecnológicas.

A FNAPF – Federação Nacional das Associações de Proprietários Florestais, em conjunto com a SBTMAD – Secretariado dos Baldios de Trás-os-Montes e Alto Douro, o Fórum Florestal – Estrutura Federativa da Floresta Portuguesa e a BALADI – Federação Nacional dos Baldios, está a organizar um evento, de um dia, com intuito de difundir, capacitar e sensibilizar para os conceitos da Floresta 4.0, com avanços tecnológicos e processos de digitalização, que têm vindo a transformar o modo como conhecemos a floresta e a forma como fazemos as operações florestais.

A 4ª Feira Tecnológica Florestal, inserida no projeto TECNOFOREST 4.0, financiado através do Fundo Ambiental e cofinanciado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) da União Europeia, vai reunir na região Centro entidades, atuantes no setor, que irão partilhar conhecimento, demonstração e colaboração entre empresas, investigadores e técnicos, de modo a evidenciar o papel crucial da robótica e da inovação tecnológica na gestão florestal.

Os trabalhos começam às 9h30 com a sessão de boas-vindas. O primeiro painel terá como enfoque as “Novas Tecnologias do Mercado Florestal” e será centrado no processamento de dados LiDAR (Light Detection and Ranging), da Direção-Geral do Território. A empresa Bornio – Forest Intelligence pretende mostrar a sua experiência com o sistema de informações tridimensionais coletadas usando esta tecnologia, partilhando a metodologia e os resultados obtidos na identificação de copas, na determinação do posicionamento geográfico e no cálculo das alturas totais do arvoredo. Sobre a combinação entre a tecnologia, que envia pulsos de laser para medir a distância de objetos e criar modelos precisos do ambiente, com a cartografia aérea e o uso de *drones* na obtenção de dados em florestas e povoamentos florestais será a intervenção da TerraGes. Pastoreio de precisão, através do uso de bovinos e vedação virtual na redução do combustível florestal será a intervenção da Quinta do Tabalião, representante da Digitalanimal em Portugal.

Já o segundo painel será sobre “Projetos de Inovação” com o programa RI Forestry a debrechar-se sobre os dados de satélite na monitorização florestal e a sua importância na previsão do perigo de incêndio. A associação Biond promete dar a conhecer projetos, soluções ou experiências relacionadas com a digitalização e automação na fileira florestal.

Folha Informativa SRAA

2025-11-11

Eventos

Da parte da tarde, decorrerá a exposição e demonstração de algumas das tecnologias aplicadas à floresta com simuladores, Sistema Global de Navegação por Satélite (GNSS) profissional, LiDAR e instrumentos para dendrometria e inventário florestal, entre outros com o intuito de evidenciar o papel crucial da robótica e da inovação tecnológica na gestão florestal. Este evento conta com o apoio da Associação dos Agricultores dos Concelhos de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação, da EPDRA e da TAGUS – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior, no âmbito do objetivo estratégico “Promover o desenvolvimento económico do território assente na digitalização, inovação e qualificação” da sua Estratégia de Desenvolvimento Local TAGUS 2027.

Fonte - 4.ª Feira Tecnológica Florestal - 28 de novembro - Abrantes - Agroportal



Conferência de Apresentação de Resultados dos PRR e Transferência de Conhecimento – 10 de dezembro

Num contexto de transformação do setor agroalimentar e dos territórios rurais, promovido pelo PRR, convidamos-vos a participar numa sessão de apresentação de resultados e partilha de conhecimento de projetos inovadores contribuirão para um futuro mais competitivo e sustentável da agricultura em Portugal.

Este encontro digital será uma oportunidade única para trocar experiências, promover a cooperação e conhecer soluções concretas que respondem aos desafios atuais nas seguintes áreas estratégicas:

- Alterações e mitigação das alterações climáticas;
- Excelência na organização da produção;
- Promoção dos produtos agroalimentares;
- Territórios sustentáveis e coesão rural;
- Agricultura circular e eficiência dos recursos.

Participe neste momento de ligação entre ciência, prática e política, onde o conhecimento é o motor da inovação e da sustentabilidade.

A sua participação e contributo serão essenciais para fortalecer uma rede ativa de agentes comprometidos com o futuro do setor agroalimentar e dos nossos territórios.

10 DE DEZEMBRO, via Zoom, MARQUE A DATA NA SUA AGENDA

Fonte - Conferência de Apresentação de Resultados dos PRR e Transferência de Conhecimento - 10 de dezembro - Agroportal



União Europeia



Opinião dos Cidadãos e Empresas sobre as Políticas da UE



Está a decorrer o período para a apresentação de comentários relativamente à seguinte **INICIATIVA**:

ATENÇÃO: O PERÍODO PARA APRESENTAÇÃO DE COMENTÁRIOS TERMINA HOJE, DIA 11 DE NOVEMBRO

✓ Título: Estratégia para a equidade intergeracional

Sumário: A Comissão vai adotar uma estratégia para a equidade intergeracional destinada a garantir que as decisões de hoje não prejudiquem as gerações futuras e a promover uma maior solidariedade e envolvimento entre pessoas de todas as idades.

Face a problemas prementes, desde o clima e a economia até às alterações demográficas, é fundamental que nenhuma geração fique para trás.

Período para comentários: 14 de outubro de 2025 até 11 de novembro de 2025

Folha Informativa SRAA

2025-11-11



Opinião dos Cidadãos e Empresas sobre as Políticas da UE

Link: [Estratégia para a equidade intergeracional](#)



Notícias da Comissão Europeia



Comissão congratula-se com acordo político sobre o pacote de simplificação da PAC

A Comissão Europeia congratula-se com o acordo político alcançado ontem entre o Parlamento Europeu e o Conselho sobre o pacote de simplificação da PAC, destinado a reduzir a carga administrativa, simplificar os regimes de pagamento e reforçar a competitividade dos agricultores.

Os legisladores acordaram provisoriamente em princípios fundamentais, incluindo que o pacote de alterações adotado proporciona simplificação dos requisitos nas explorações, melhor reconhecimento das diversas práticas agrícolas, como a agricultura biológica, apoio mais simples às explorações pequenas e médias, medidas para reforçar a competitividade – incluindo melhor acesso a instrumentos financeiros – e maior flexibilidade para os Estados-Membros na gestão dos seus Planos Estratégicos da PAC.

O acordo provisório mantém o essencial da proposta apresentada pela Comissão em maio. A carga administrativa para agricultores e administrações, bem como os controlos no local, será reduzida. O apoio aos pequenos agricultores através de pagamentos será reforçado. As explorações biológicas beneficiarão de regras simplificadas. O acordo prevê ainda pagamentos de crise a agricultores ativos afetados por catástrofes naturais e climáticas. Foram alcançados compromissos entre os legisladores relativamente à arquitetura verde, ao apoio às regiões ultraperiféricas e à interoperabilidade dos dados.

Estas medidas trarão benefícios reais para agricultores e Estados-Membros. Facilitam a burocracia, aumentam a flexibilidade e ajudam as explorações pequenas e médias a tirar melhor partido do apoio da PAC. As reformas poderão gerar poupanças superiores a 1,6 mil milhões de euros anuais para os agricultores e mais de 210 milhões de euros para as administrações nacionais, tornando os pagamentos, requisitos e instrumentos de crise mais simples e adaptáveis, sublinhando que o pacote de simplificação é um elemento essencial da PAC.

✓ Próximos passos

Se o acordo político for confirmado pelos legisladores e seguido da entrada em vigor formal antes do final do ano, a proposta acordada hoje já oferecerá simplificações concretas e poupanças a partir de 2026.

A Comissão está também a propor medidas adicionais de simplificação, incluindo em áreas fora da agricultura, destinadas a reduzir a carga de relatórios e controlos e a facilitar a adoção das novas flexibilidades oferecidas pelo pacote de simplificação da PAC.

✓ Contexto

Durante o atual mandato, a Comissão tomou medidas decisivas para reduzir encargos e reforçar a competitividade da UE. Isto traduz-se em medidas significativas de simplificação e legislação que promove a competitividade e o crescimento. Este pacote é o terceiro de seis pacotes de [simplificação "Omnibus"](#) apresentados pela Comissão em menos de um ano, reduzindo mais de 8,6 mil milhões de euros em custos administrativos anuais, sendo o primeiro a alcançar acordo.

Os agricultores em toda a UE estão sujeitos a obrigações administrativas que consomem tempo e geram custos para agricultores e administrações nacionais. Apresentada pela Comissão em maio de 2025, a proposta de simplificação altera o Regulamento dos Planos Estratégicos da PAC (CSP) e os Regulamentos Horizontais.

A **Visão para a Agricultura e Alimentação** anunciou um pacote abrangente de simplificação do atual quadro legislativo agrícola (2023-2027) para atuar nas seguintes áreas:

- (i) simplificação nas explorações e racionalização dos requisitos para melhor se ajustar a diferentes situações e práticas agrícolas;
- (ii) racionalização do apoio às explorações pequenas e médias;
- (iii) medidas que possam ajudar a reforçar a competitividade; e
- (iv) aumento da flexibilidade dos Estados-Membros na gestão dos Planos Estratégicos da PAC.

Folha Informativa SRAA

2025-11-11



Notícias da Comissão Europeia

Fonte - [Commission welcomes political agreement on the CAP simplification package](#)



Notícias do Parlamento Europeu



Acordo para simplificar as regras da agricultura da UE

- Mais flexibilidade para os agricultores na manutenção das terras em boas condições agrícolas e ambientais
- Não mais do que uma inspeção por exploração por ano
- Limites máximos mais elevados de apoio financeiro para agricultores de pequena escala

✓ Na segunda-feira, os negociadores do Parlamento e do Conselho acordaram simplificar os requisitos da política agrícola comum da UE

O acordo provisório alcançado entre os eurodeputados e a Presidência dinamarquesa do Conselho aliviará algumas das cargas administrativas e regulamentares sobre os agricultores durante o atual período de programação da política agrícola comum (PAC).

✓ Requisitos ambientais

Para proteger a biodiversidade e evitar que os agricultores tenham de realizar lavouras dispendiosas e demoradas a cada cinco a sete anos para manter as terras aráveis, os eurodeputados garantiram um acordo segundo o qual as terras consideradas aráveis em 1 de janeiro de 2026 poderão manter esse estatuto mesmo que não tenham sido lavradas, cultivadas ou ressemeadas.

Os eurodeputados concordaram com o Conselho que os agricultores certificados como biológicos serão automaticamente considerados em conformidade com vários requisitos para manter as terras em boas condições agrícolas e ambientais (BCAA) nas parcelas que sejam biológicas ou em conversão para biológico. Os Estados-Membros poderão limitar esta simplificação caso os controlos criem uma carga administrativa elevada.

✓ Controlos no local

Os eurodeputados defenderam com sucesso o princípio “uma única vez” para inspeções, proposto pela Comissão, segundo o qual os agricultores não deverão ser sujeitos a mais do que uma verificação oficial no local por ano.

✓ Pequenas explorações

Os negociadores do Parlamento também insistiram em que os tetos para apoio aos pequenos agricultores sejam aumentados para um pagamento anual até 3.000 € (em vez dos 2.500 € propostos pela Comissão) e um novo pagamento único para desenvolvimento empresarial até 75.000 € (em vez dos 50.000 € propostos).

✓ Citação

O relator André Rodrigues (S&D, PT) afirmou: “O Parlamento Europeu demonstrou que é possível tornar a PAC mais justa, mais clara e mais próxima das pessoas que trabalham a terra todos os dias. Este acordo traz mais apoio aos agricultores, regras mais eficientes para as autoridades nacionais e orientações ambientais mais claras, para que as boas práticas sejam incentivadas em vez de penalizadas por confusão ou burocracia. A partir de 1 de janeiro de 2026, estas novas regras aplicar-se-ão a mais de nove milhões de agricultores em toda a Europa, porque os ouvimos e transformámos as suas preocupações em soluções concretas.”

✓ Próximos passos

O acordo preliminar precisa agora de ser aprovado pelo Conselho e pelo Parlamento antes de a reforma poder entrar em vigor.

Folha Informativa SRAA

2025-11-11



Notícias do Parlamento Europeu

✓ Contexto

A Comissão apresentou um pacote para simplificar a atual PAC em 14 de maio de 2025. Este decorreu das [recomendações resultantes do diálogo estratégico sobre o futuro da agricultura](#).

Para acelerar a adoção das novas regras, o Parlamento Europeu utilizou um [procedimento simplificado](#), em que os eurodeputados apresentaram alterações diretamente à proposta da Comissão.

✓ Simplificação das regras da UE é uma prioridade para o Parlamento

Os eurodeputados têm apelado repetidamente à revisão do quadro normativo da UE para simplificar e reduzir os requisitos administrativos para as empresas. As propostas “omnibus”, apresentadas pela Comissão a partir de fevereiro de 2025, visam reforçar a competitividade e a prosperidade da UE, bem como desbloquear capacidade adicional de investimento para as empresas. Com carácter de urgência, o Parlamento já [adotou algumas propostas](#) e está a avançar rapidamente para concluir as restantes.

Fonte - [Deal to simplify EU agriculture rules](#) | News | European Parliament



Notícias do Conselho



Conselho e Parlamento chegam a acordo para simplificar a Política Agrícola Comum

A presidência do Conselho e os negociadores do Parlamento Europeu alcançaram um acordo provisório para simplificar a **Política Agrícola Comum** (PAC). O objetivo é reforçar a **competitividade** da agricultura europeia, reduzindo a burocracia, apoiando os agricultores – incluindo os pequenos agricultores e as novas empresas –, incentivando a inovação e aumentando a produtividade.

“Hoje demos um grande passo para cumprir a promessa de tornar as regras agrícolas da UE mais simples. É importante facilitar a agricultura na Europa, porque isso ajudará o setor agrícola a crescer e a tornar-se mais forte – aumentando a competitividade em toda a Europa. Por isso, tem sido uma prioridade para a presidência dinamarquesa reduzir trabalho extra e eliminar regras desnecessárias para agricultores e Estados-Membros. Estou satisfeita por termos chegado rapidamente a acordo com o Parlamento sobre este plano importante.” – Marie Bjerre, Ministra dos Assuntos Europeus da Dinamarca

“O acordo é um passo importante na direção da simplificação da Política Agrícola Comum. Não só contribui para a competitividade dos nossos agricultores, como também facilita a concretização das nossas ambições ambientais, dando aos agricultores e aos Estados-Membros mais flexibilidade na aplicação dos requisitos verdes. A presidência dinamarquesa continuará a centrar-se na simplificação para os agricultores nas negociações sobre a PAC após 2027.” – Jacob Jensen, Ministro da Alimentação, Agricultura e Pescas da Dinamarca

Estas medidas de simplificação poderão levar a reduções significativas nos **custos administrativos**, tanto para os agricultores como para as administrações nacionais. Segundo a avaliação inicial da Comissão, poderão gerar poupanças anuais até **1,6 mil milhões** de euros para os agricultores e mais de **200 milhões de euros** para as administrações dos Estados-Membros.

Os atos revistos integram o chamado “**Omnibus III**”, proposto pela Comissão em maio de 2025. O pacote contém alterações ao regulamento dos planos estratégicos (SPR) e ao regulamento “**horizontal**” da Política Agrícola Comum.

✓ Principais elementos do acordo

O acordo provisório mantém a orientação geral da proposta da Comissão, apoiando os seguintes objetivos:

- Reduzir a **carga administrativa** para agricultores e administrações;
- Aumentar os pagamentos aos **pequenos agricultores** e simplificar as regras de condicionalidade, em especial para explorações biológicas;
- Reduzir os **controles no local** e eliminar a verificação anual de desempenho.

Folha Informativa SRAA

2025-11-11



Notícias do Conselho

O acordo também mantém a proposta da Comissão de permitir que os Estados-Membros concedam **pagamentos de crise** a agricultores ativos afetados por catástrofes naturais, fenómenos climáticos adversos ou eventos catastróficos. Estes pagamentos garantirão a continuidade da atividade agrícola dos agricultores afetados.

Além disso, o acordo provisório melhora os seguintes pontos da proposta da Comissão:

- Dá flexibilidade aos Estados-Membros para decidir em que medida as explorações parcialmente biológicas podem ser consideradas como cumprindo determinadas **normas ambientais** (as chamadas BCAA – boas condições agrícolas e ambientais);
- Melhora a possibilidade de os agricultores beneficiarem de instrumentos de **gestão de riscos**;
- Aumenta a percentagem para **pagamentos diretos antecipados**.

✓ Próximos passos

O acordo provisório deve agora ser confirmado pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu antes de o ato legislativo ser formalmente adotado pelos legisladores.

✓ Contexto

O pacote de simplificação “Omnibus III” para a agricultura faz parte de um objetivo político mais amplo de reforçar a competitividade da UE, reduzindo a carga administrativa das empresas e criando condições mais favoráveis para operarem na União. Esta iniciativa surge em resposta ao impulso do Conselho Europeu (Conclusões de março de 2023, Agenda Estratégica 2024-2029), que apelou à simplificação do quadro regulamentar geral e à redução da carga administrativa. Em 20 de março de 2025, o Conselho Europeu, nas suas conclusões, instou os legisladores a avançar com os pacotes de simplificação Omnibus como prioridade e com um elevado nível de ambição.

- [Projetos de regulamento sobre a simplificação da PAC, mandato do Conselho, 3 de setembro de 2025](#)
- [Regulamento que altera o Regulamento \(UE\) 2021/2115 no que diz respeito ao sistema de condicionalidade, tipos de intervenção sob a forma de pagamento direto, tipos de intervenção em determinados setores e desenvolvimento rural e relatórios anuais de desempenho, e o Regulamento \(UE\) 2021/2116 no que diz respeito à governação de dados e interoperabilidade, suspensões de pagamentos, verificação anual de desempenho e controlos e sanções, proposta da Comissão, 14 de maio de 2025](#)
- [Simplificação das regras da UE \(informação de base\)](#)
- [A política agrícola comum explicada \(informação de base\)](#)

Fonte - [Council and Parliament strike deal to simplify Common Agricultural Policy - Consilium](#)